



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
SECRETARIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

BOLETIM DA OUVIDORIA - SPM

Edição Especial 03
Maio/junho de 2010

Comemoração do Aniversário da Ouvidoria

A Ouvidoria da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM) completou **7 (sete) anos de atividade** no último mês de junho.

Criada em 2003 pelo Decreto nº 4.625, a Ouvidoria da SPM foi a primeira Ouvidoria Pública no Brasil destinada às mulheres e às questões de gênero.

Até o momento recebemos **3.126 demandas** que foram cuidadosamente analisadas e encaminhadas conforme especificidades.

A Ouvidoria da SPM se encontra em condições de atender com eficiência e dar acesso à sociedade às informações e orientações, com possibilidade de melhoria contínua, e de ser uma fonte de informação confiável. Além disso, se apresenta como um modelo de recepção simples, não burocrático e de fácil acessibilidade.

O depoimento cotidiano das pessoas, ao mesmo tempo em que nos demandam providências, nos remete à necessidade de criação, implementação e aperfeiçoamento das políticas públicas de gênero.

Hoje temos tempo e experiência suficientes para realizar a necessária reflexão sobre a importância deste instrumento de participação e controle social que acolhe as manifestações das mulheres, e educa para a cidadania.

Temos muito a comemorar. Afinal, obtivemos êxito em vários casos, graças à existência e ampliação da rede de serviços de atendimento às mulheres, e ainda às parcerias firmadas com diversos órgãos, especialmente os Ministérios Públicos, Secretarias de Segurança Pública, Polícia Federal, Defensorias Públicas, Advocacia-Geral da União, Ouvidorias Públicas, entre outros.

Os relatórios e boletins publicados no sítio da SPM apontam os avanços e desafios na busca da resolução das demandas, e ainda a necessidade de trabalhar de forma integrada e articulada com diferentes órgãos e serviços para garantir os direitos humanos das mulheres.

Este novo espaço institucional ganhou legitimidade, respeito e personalidade própria, através de sua atuação imparcial, objetiva, confidencial, e, sobretudo, pelo seu peculiar senso de justiça.

A Ouvidoria da SPM já está consolidada enquanto canal de diálogo com as mulheres brasileiras, mas ainda é preciso garantir sua institucionalização com foco no seu sentido conceitual básico de serviço público com o desafio de buscar a satisfação das demandantes nos serviços prestados.

Agradecemos e parabenizamos a todas e a todos que ajudaram na construção deste espaço.

Ana Paula Schwelm Gonçalves

Ouvidora



Nesta edição:

- Destaque;
- Dados da Ouvidoria;
- Casos Emblemáticos;
- Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180;
- Notícias em Destaque;
- Atividades;



DESTAQUE - CASO ELIZA

<http://www.youtube.com/watch?v=JPCBWyvraQE>

Um dos casos especiais do mês de julho de 2010 ficou para a triste história da jovem Eliza Samudio, 25 anos, ex-namorada do goleiro Bruno Fernandes das Dores de Souza, que está desaparecida desde o início de junho deste ano e é considerada morta pela polícia.

A Ouvidoria da Secretaria de Políticas para as Mulheres tomou conhecimento do caso e cobrou procedimentos e informações quanto ao desenrolar das investigações à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro, por meio do Ofício nº. 1373 SPM/PR, e para o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Ofício nº. 1374 SPM/PR.

A Ouvidoria também recebeu denúncia por parte de outra Demandante alegando que, da mesma forma como ocorreu no caso Eliza, seu pedido de medida protetiva de urgência foi negado pela Juíza do 3º Juizado de Violência Doméstica do RJ. Por este motivo, a Ouvidoria encaminhou o Ofício nº 1407 SPM/PR para a Corregedoria Nacional de Justiça.

NOTA À IMPRENSA: Caso Eliza Samudio

Por fim, a Ouvidoria subsidiou o texto da Nota à Imprensa, publicada no dia 14 de julho de 2010 sobre o caso Eliza, especialmente em razão da má interpretação por parte do Judiciário no tocante à aplicação da Lei Maria da Penha.

A Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) lamenta que, às vésperas da Lei Maria da Penha (11.340/06) completar quatro anos de existência, o Brasil esteja presenciando casos de tamanha crueldade e violência como o de Eliza Samudio e Mércia Nakashima. Também é triste constatar a não aplicação desta Lei por parte de seus operadores, uma vez que foi criada especificamente para proteger as mulheres vítimas da violência doméstica.

No caso específico de Eliza Samudio, o 3º Juizado de Violência Doméstica do RJ negou o pedido de proteção a Eliza em outubro de 2009, por considerar que a jovem não mantinha relações afetivas com o goleiro Bruno Fernandes. Na ocasião, a Delegacia de Atendimento à Mulher de Jacarepaguá (DEAM) pediu à Justiça que o atleta fosse mantido longe da vítima, já que Bruno cometeu os crimes de agressão, e de cárcere privado, além de ter dado substâncias abortivas.

A juíza titular do 3º Juizado, Ana Paula Delduque Migueis Laviola de Freitas, explicou em sua decisão que Eliza não poderia se beneficiar das medidas protetivas, nem "tentar punir o agressor", sob pena de banalizar a Lei Maria da Penha. A magistrada entendeu que a finalidade da legislação é proteger a família, seja proveniente de união estável ou de casamento e não de uma relação puramente de caráter eventual e sexual.

O artigo 5º, inciso III da Lei Maria da Penha caracteriza como violência doméstica "qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independente de coabitação". A legislação não estipula o tempo da relação, porque a violência doméstica e familiar contra a mulher se configura por meio de qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, além de dano moral ou patrimonial. Qualquer relacionamento amoroso, portanto, pode terminar em processo judicial com aplicação da Lei Maria da Penha, se envolver violência doméstica e familiar contra a mulher e violar os direitos humanos.

Neste episódio, Eliza procurou proteção do Estado porque sofreu ameaças, lesões, cárcere privado e indução ao aborto. Apesar de sua integridade física e a da criança estar em perigo, seu apelo não foi atendido.

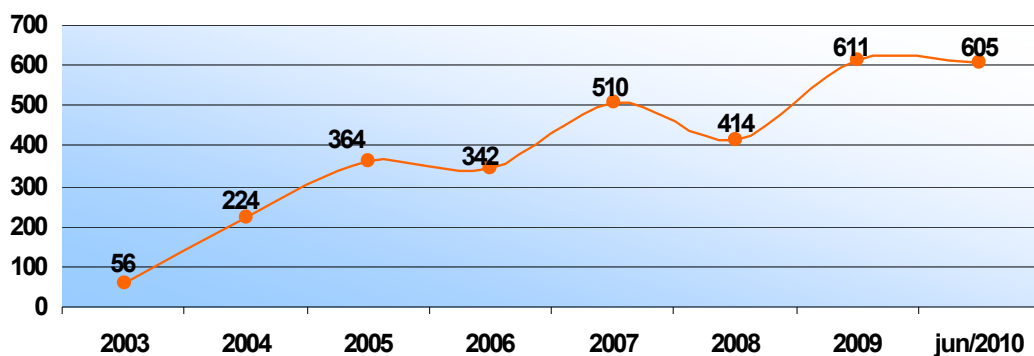
Para a Secretaria de Políticas para Mulheres, a alegação de que Eliza não precisava de proteção do Estado porque era apenas uma "amante" ou "ficante", remete aos padrões antigos de preconceito contra as mulheres. Além disso, questiona a honestidade da vítima, que declarou que a relação não foi apenas de uma noite. O casal se encontrava com frequência e se falava por telefone. No entanto, após saber que Eliza estava grávida e que ele era o pai da criança, o goleiro terminou o relacionamento.

Não bastarão leis para proteger as mulheres se as suas vozes não forem ouvidas e se houver omissão do Estado. A omissão e desídia dos agentes são defeitos que maculam a atividade pública. O Estado tem de ser responsabilizado pelas suas ações, para evitar que mais mulheres sejam brutalmente assassinadas após buscar amparo e proteção legal. Este não é o primeiro caso - recordemos o caso Maria Islaine, Mércia, e outras tantas Marias e Eloás do nosso País.



DADOS DA OUVIDORIA - MAIO/JUNHO

Comparativo dos casos registrados na Ouvidoria:

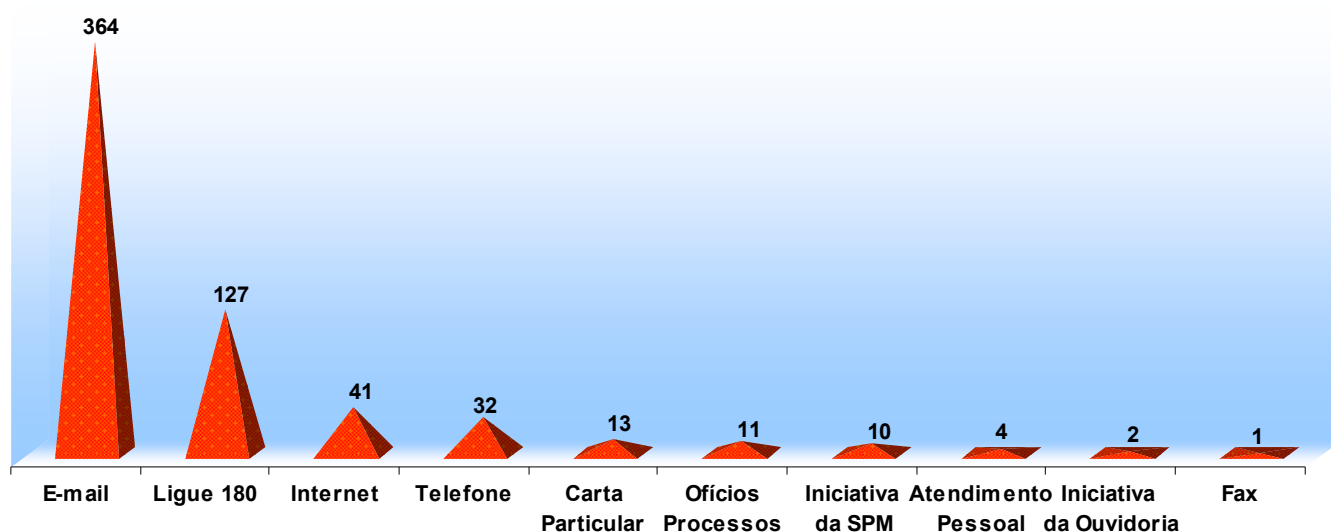


De 2003 a junho de 2010, a Ouvidoria da SPM/PR registrou 3.126 casos. Desde então, percebemos um aumento significativo de registros, tendo 605 casos já no primeiro semestre de 2010.

Fonte: Ouvidoria da Secretaria de Políticas para as Mulheres / 2010.

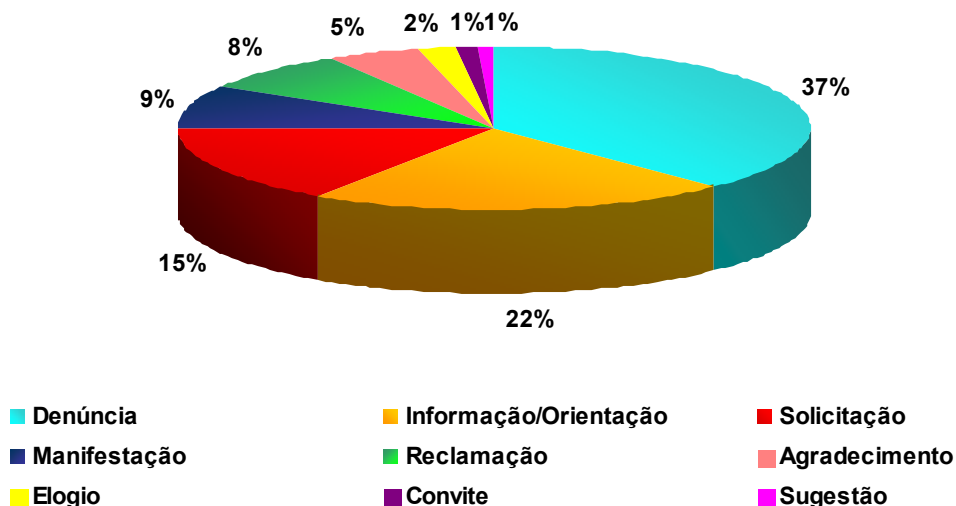
Formas de Acesso:

Demonstrando tendência mundial e pela sua facilidade de uso, o e-mail foi a forma de acesso mais utilizada, contabilizando um total de 364 mensagens recebidas entre os meses de janeiro e junho de 2010. A segunda maior forma de acesso à Ouvidoria foi por meio da Central de Atendimento à Mulher, sinal da integração entre a Central e a Ouvidoria, que recebeu um total 127 denúncias de cárcere privado e tráfico de mulheres oriundas do Ligue 180.



Fonte: Ouvidoria da Secretaria de Políticas para as Mulheres / 2010.

Tipos de Demandas



Em consonância com os meses anteriores, a categoria denúncia, em relação a crimes ou delitos, permaneceu sendo a mais recorrente, representando 37% do total. Demandas que solicitaram informação ou orientação ficaram em segundo lugar, com 22%.

Fonte: Ouvidoria da Secretaria de Políticas para as Mulheres / 2010.

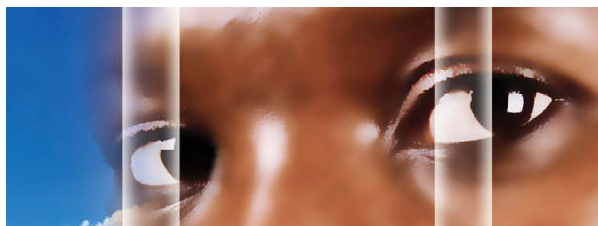
A tabela ao lado especifica as subcategorias das demandas relativas à denúncia. Vale ressaltar que os valores referentes a Cárcere Privado destacam-se por serem os mais elevados, contabilizando um total de 101 casos desde janeiro de 2010. Em segundo lugar vem Violência Doméstica com 27 casos.

Tipo de Denúncia	MÊS						Total
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	
Cárcere Privado	17	16	26	9	14	19	101
Violência Doméstica	7	3	5	2	6	4	27
Outros crimes/delitos	3	4	3	6	6	3	25
Tráfico de Mulheres	5	5	4	4	2	1	21
Discriminação de gênero	2	2	1	5	6	4	20
Ameaça	3	3	3	1	2	3	15
Violência Física	0	0	1	1	4	7	13
Apologia ao Crime	1	2	1	5	2	0	11
Perseguição	1	2	6	1	0	0	10
Assédio Moral	2	2	4	0	0	1	9
Assédio Sexual	0	1	2	4	1	1	9
Exploração Sexual	1	1	1	2	1	1	7
Discriminação em geral	1	1	0	2	0	1	5
Sequestro	0	4	0	1	0	0	5
Improbidade Administrativa	0	2	2	0	0	0	4
Direitos Humanos das presas	2	1	1	0	0	0	4
Violência Moral	0	0	1	0	0	3	4
Violência Sexual	0	0	0	1	0	2	3
Homicídio	2	0	0	0	0	0	2
Tráfico de Drogas	0	1	1	0	0	0	2
Crimes relacionados à Internet	0	0	1	0	0	0	1
Violência Patrimonial	0	0	0	0	0	1	1

Fonte: Ouvidoria da Secretaria de Políticas para as Mulheres / 2010.



CASOS EMBLEMÁTICOS



DENÚNCIA DE MULHERES PRESAS EM CARCERAGENS MASCULINAS

No dia 06 de maio de 2010, a Ouvidoria da SPM/PR teve conhecimento de que duas mulheres foram mantidas presas em ambiente carcerário masculino no Município de Arenópolis, em Mato Grosso, caracterizando constrangimento ilegal e violência aos direitos humanos das presas.

Atenta à missão desta Secretaria em promover os direitos humanos das mulheres em situação de prisão, conforme prevê o quarto eixo do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra Mulher, encaminhamos o caso, via ofício, à Corregedoria Nacional de Justiça, à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato Grosso e à Secretaria Nacional de Segurança Pública, solicitando informações quanto ao desenrolar das investigações.

No dia 15 de junho de 2010, recebemos resposta do Conselho Nacional de Justiça informando que foi encaminhado o expediente para o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, que prevê, dentre as suas atribuições, o acompanhamento e as apresentações de soluções em face às irregularidades verificadas no sistema carcerário.

No dia 30 de junho de 2010, recebemos resposta da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, informando que tão logo a Diretora da Cadeia Pública daquele município notificou à Superintendência de Gestão de Cadeias quanto à existência de mulheres presas em carceragens masculinas, foram adotadas TODAS as providências cabíveis para a resolução da problemática.

PENETRAÇÃO CORRETIVA



Penetração
corretiva:
Lesbicas
(297 membros)

<http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=97271732>

Comunidade eletrônica do Orkut que faz apologia ao estupro declara o seguinte: "A penetração corretiva é um ato de amor, onde a mulher é tirada do caminho da perdição através do amor introduzido por um **varão capacitado**".

O fórum da referida comunidade está repleto de discussões discriminatórias, racistas, machistas e lesbofóbicas. A mais grave, no entanto, demonstra que o preconceito e a intolerância não se bastam em discussões virtuais, chegam à vida real. Em tópico denominado "Estamos agindo em Brasília", um dos moderadores da comunidade postou link referente a uma reportagem do Centro de Mídia Independente <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2009/12/461944.shtml>>. O registro contém relato de ações efetivas do grupo. De acordo com depoimento de um integrante, o grupo ia a locais freqüentados por homossexuais e atraía uma vítima

para uma emboscada. De lá, a levavam à base do grupo, onde a vítima era obrigada a manter relações sexuais com uma pessoa do sexo oposto a fim de "corrigir" sua orientação sexual.

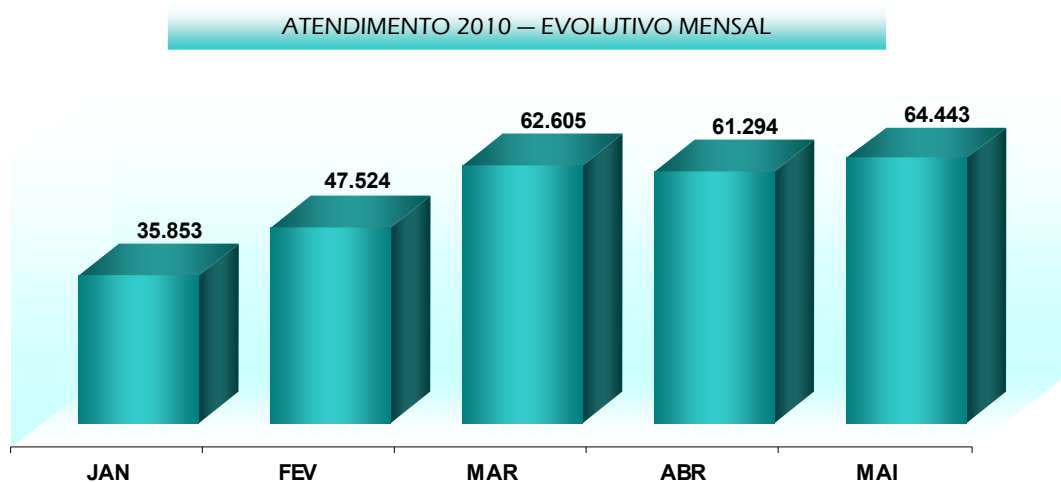
No dia 05 de março de 2010, foi enviada, via ofício, denúncia sobre a comunidade à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal, e ao Diretor Geral da Polícia Federal, para ciência e possíveis providências.

Em resposta recebida no dia 10 de junho de 2010, a Coordenadoria do Grupo de Combate aos Crimes Cibernéticos enviou ao Promotor do Ministério Público do Estado de São Paulo sugestão de que a Google Brasil Internet Ltda retirasse do ar a comunidade, mas que a totalidade de seu conteúdo fosse preservado a fim de que, mediante autorização judicial, pudessem ser requeridos os dados, os e-mails cadastrados e os logs de acesso dos proprietários, moderadores e responsáveis por algumas postagens criminosas da comunidade.

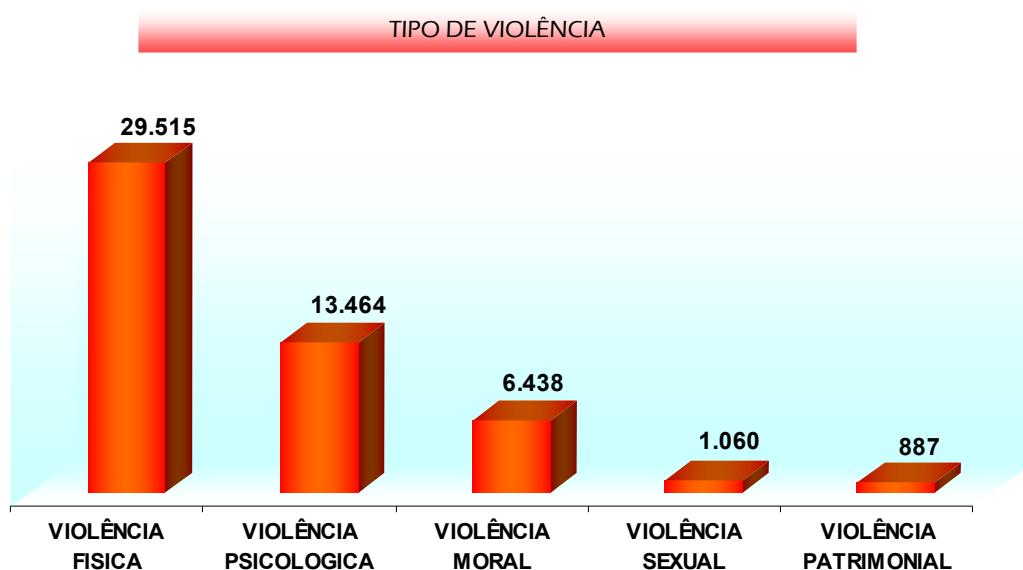


CENTRAL DE ATENDIMENTO A MULHER - LIGUE 180

As ligações que a Central de Atendimento à Mulher recebeu nestes 3 últimos meses de 2010 consolidam a capacidade de atendimento decorrente da ampliação que o serviço passou ao final de 2009. Após o período de adaptação, previsto para os três primeiros meses de operação, foi estabelecido um patamar médio de 62.700 atendimentos mensais, um aumento de cerca de 95% em comparação ao mesmo período do ano passado. Abaixo apresentamos o evolutivo mensal das ligações e o perfil geral dos tipos de violência relatados.



Fonte: Central de Atendimento à Mulher–Ligue 180 / Secretaria de Políticas para as Mulheres



Fonte: Central de Atendimento à Mulher–Ligue 180 / Secretaria de Políticas para as Mulheres

NOVOS DADOS DE CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Desde sua criação, a Central - Ligue 180 pauta seu atendimento a partir da demanda que recebe. Assim, o procedimento de atendimento e o desenvolvimento do sistema informatizado para o registro dos relatos retrata o perfil levantado pelas próprias usuárias do serviço. A implementação de um novo sistema informatizado para o atendimento, que acompanhou a ampliação da Central no final de 2009, permitiu-nos a inclusão de novos itens de caracterização dos relatos de violência, cuja pertinência foi levantada a partir do exame detalhado dos registros das cidadãs que acessam o serviço. Além dos novos dados abaixo relacionados, foram também incluídas informações acerca do perfil do agressor: Faixa Etária, Cor/Raça, Escolaridade e Sexo.

TEMPO QUE OCORRE A VIOLÊNCIA	Total
	%
Desde o Início da Relação	39,8
Há menos de 1 mês	8,8
Há 6 meses	9,6
Há 1 Ano	13,0
Há 2 Anos ou mais	28,9

O dado de “Tempo que Ocorre a Violência” foi inserido e, fazendo a análise correlacionada aos dados de “Relação com o Agressor” e “Tempo de Relação”, podemos ter maior clareza acerca do fenômeno da violência doméstica. Os dados deste primeiro semestre de 2010 nos mostram que a maioria das cidadãs que entram em contato com o Ligue -180 é agredida por seu companheiro, com o qual se relaciona há mais de 10 anos e que sofre a violência relatada desde o início da relação.

O dado de coabitação, também inserido com o novo sistema, mostra que 71,7% das cidadãs que acessam o Ligue -180 para relatar sua situação de violência coabitam com seu agressor. Analisando os casos detalhadamente, percebemos que parte destas cidadãs moram em casas conjuguadas ou dividem lote residencial com o agressor.

COABITAÇÃO	Total
	%
Não	28,3
Sim	71,7

RECEBE BOLSA ASSISTENCIAL	Total
	%
Não	94,5
SIM	5,5

A inclusão do questionamento “Recebe Bolsa Assistencial” visa complementar a análise referente à dependência financeira da mulher em situação de violência, em relação a seu agressor. Possibilita também avaliar a relevância do Art. 9º § 1º da Lei Maria da Penha, que dá direito de inclusão à mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo.

Além do questionamento da quantidade de filhos que a cidadã possui, foi incluído o item da “Relação dos Filhos com a Violência”. Importante ressaltar que para a coleta do dado, o item “sofrem violência” corresponde a agressões físicas. Assim, o item de maior manifestação “presenciam a violência”, pode implicar na ocorrência de violência psicológica. Apenas 15,5% dos filhos não presenciam nem sofrem a violência.

RELAÇÃO DOS FILHOS COM A VIOLÊNCIA	Total
	%
Não presenciam nem sofrem violência	15,5
Presenciam a violência	68,9
Sofrem violência	15,6

AGRIDE SOB EFEITO	Total
	%
Nem Sempre	40,4
Nunca	15,6
Sempre	44,0

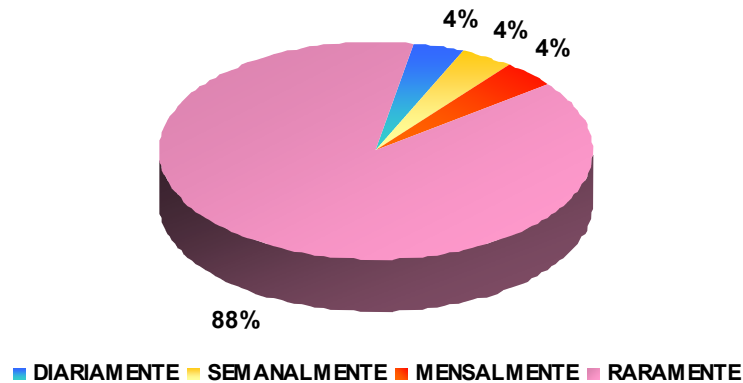
Complementando o dado “Faz Uso de Álcool/Drogas”, foi acrescido o questionamento se o agressor “Agride sob Efeito”. Dos agressores que fazem uso de alguma substância entorpecente, 44% sempre agride sob seu efeito. 56% nunca agridem, ou nem sempre agridem sob efeito da substância que faz uso.



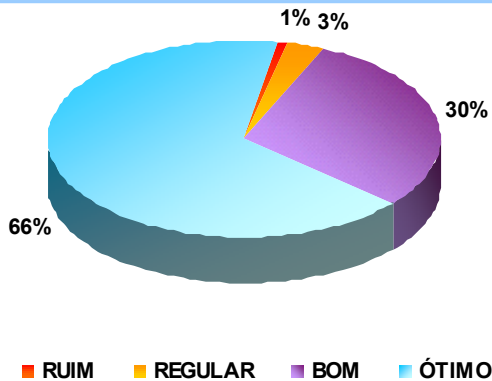
PESQUISA DE SATISFAÇÃO DA CENTRAL - LIGUE 180

A Central de Atendimento à Mulher realiza, bimestralmente, uma pesquisa de satisfação com suas usuárias. Assim, o controle de qualidade da operação pode também ser exercido pelas cidadãs que acessam o serviço. Ao todo são feitos quatro questionamentos acerca do atendimento prestado, com uma escala de periodicidade e graduação entre: Ruim, Regular, Bom e Ótimo. Abaixo são apresentados os resultados referentes ao bimestre maio/junho de 2010, que apresentou 98% de manifestações entre “ótimas e boas”.

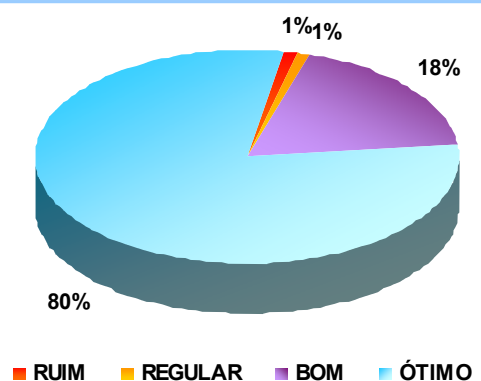
COM QUE FREQUÊNCIA A SRA. ENTRA EM CONTATO COM A CENTRAL DE ATENDIMENTO À MULHER?



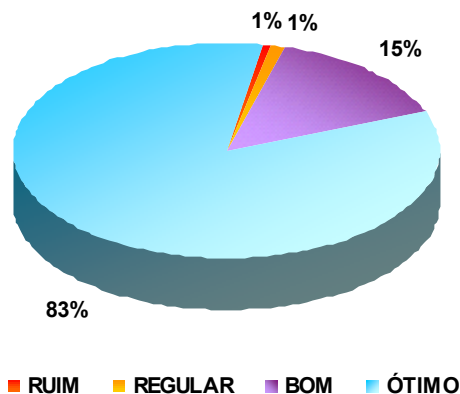
COMO A SRA CONSIDERA O TEMPO DE ESPERA PARA SER ATENDIDA?



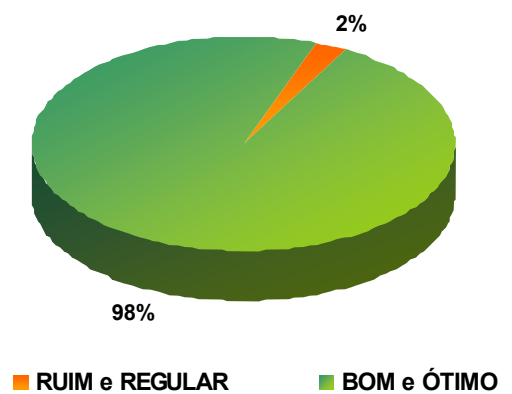
AS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA CENTRAL FORAM?



COMO A SRA JULGA A ATENÇÃO, CORTESIA E RESPEITO DEMONSTRADOS PELA ATENDENTE?



COMPARATIVO ENTRE ATENDIMENTOS RUIIS E REGULARES X BONS E ÓTIMOS





LIGUE 180 E O PACTO NACIONAL

O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres foi lançado no dia 17 de agosto de 2007 na abertura da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

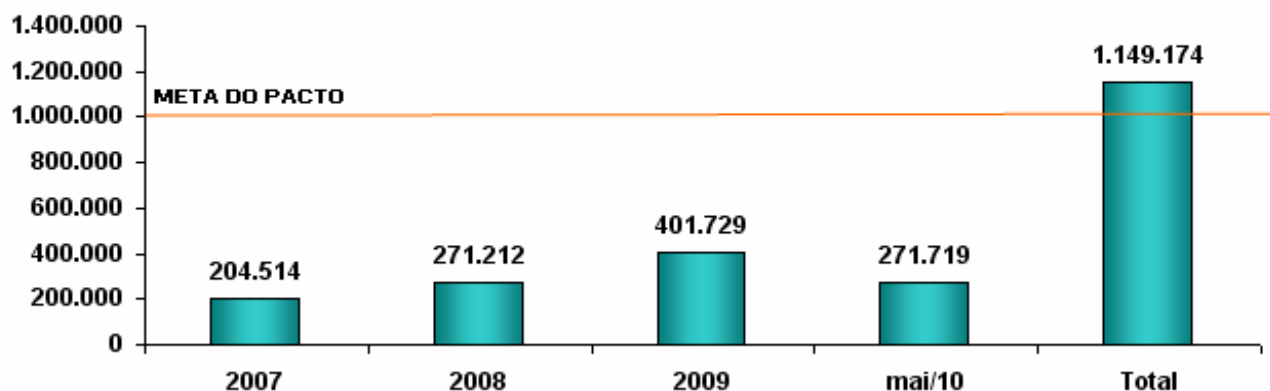
A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 insere-se como uma importante ação do Pacto, à medida que integra a Rede de Atendimento às Mulheres, disponibilizando acesso gratuito e contínuo à toda população brasileira. Atua também na construção de indicadores acerca da violência de gênero em todo o Brasil; presta informações a toda população sobre a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, incluindo orientações sobre a Lei Maria da Penha; e contribui no monitoramento da Rede de Atendimento às Mulheres, por meio dos encaminhamentos aos serviços, registro de reclamações e tomada de providências.

Entre as principais metas do Pacto, foi estabelecida para a Central de Atendimento à Mulher a ampliação em seu número de atendimentos. Tendo como base o total de 2007, quando a Central – Ligue 180 prestou **204.514** atendimentos à população brasileira, foi previsto um aumento médio para **250.000 ligações por ano**, totalizando **um milhão de atendimentos** durante o período de execução do Pacto, até 2011.

As ligações recebidas pela Central são espontâneas e a cada ano percebemos um aumento gradativo na procura pelo serviço. Isso mostra que havia uma demanda latente na população brasileira, relacionada à vontade de se manifestar acerca da temática de violência contra a mulher. Bastou a criação de um canal de atendimento a mulheres em situação de violência, para que a população dele se apropriasse. Assim, o interesse espontâneo da população; a promulgação da Lei Maria da Penha, que deu grande visibilidade à questão da violência de gênero; e os investimentos da Secretaria de Políticas para as Mulheres voltados à Central, que, entre outros, promoveu a campanha nacional do 180 e a licitação para a ampliação do serviço, fizeram com que a meta de um milhão de atendimentos, prevista para 2011, fosse alcançada já neste mês de maio de 2010, quando a Central contabilizou **1.149.174 atendimentos**.

Abaixo apresentamos o gráfico com a evolução anual dos atendimentos prestados pelo Ligue 180.

LIGUE 180 - TOTAL DE ATENDIMENTOS



Fonte: Central de Atendimento à Mulher—Ligue 180 / Secretaria de Políticas para as Mulheres



NOTÍCIAS DESTAQUE MAIO/JUNHO

Campanha SPM e AVON pelo fim da violência doméstica



O Instituto Avon foi criado em 2003 com a missão de direcionar investimentos sociais da Avon no Brasil. A mulher é o foco do Instituto e, em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM, já desenvolveu ações de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Em 2008 o Instituto firmou **mais uma parceria com a SPM**, por meio do lançamento de produtos cuja verba arrecadada é revertida em projetos de enfrentamento à violência doméstica.

Dando continuidade a esta parceria, este ano foi lançado o **Anel da Atitude**, que junta-se à pulseira e à gargantilha lançadas em 2008 e 2009. Ano passado, com a venda da gargantilha, foram arrecadados recursos doados à UNIFEM para o financiamento de programas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

O Anel da Atitude será oferecido pelas mais de 1.300.000 (um milhão e trezentas mil) representantes Avon em todo o Brasil, que divulgarão o produto juntamente com material informativo sobre a violência doméstica e a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180. Uma grande vantagem deste tipo de campanha, além da captação de recursos e divulgação do Ligue 180, é a possibilidade de uma representante poder conversar diretamente com uma mulher, muitas vezes dentro de sua própria casa, capilarizando as ações de educação e conscientização acerca da violência de gênero.

<http://www.avon.com.br/>

Grupo de Ouvidorias Federais

Desde a sua criação, o Grupo de Ouvidorias Federais, com a participação dos representantes das Ouvidorias da SPM, da SEDH, da SEPIIR, do SUS e da ANVISA, vêm realizando, quinzenalmente, discussões para aprimorar os encaminhamentos das demandas pertinentes a mais de uma Ouvidoria.

Um dos encontros promovidos foi estabelecer uma nova proposta de fluxo, com o intuito de conduzir melhor as demandas que perpassam todas as esferas envolvidas. Outra informação de destaque para o próximo semestre será a proposta de realização das Oficinas de Trabalho, para divulgação do Grupo de Ouvidorias Federais. A ideia central é trabalhar com temas complexos, que envolvam a atuação de mais de um setor, e construir coletivamente, por meio de dinâmicas e discussões em grupo, uma rede de apoio mútuo entre as Ouvidorias participantes.



Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial

VOCÊ SABIA?



Com o lançamento da Campanha realizada pelo Instituto Avon – *Fale sem medo: não à violência doméstica*, a novela das sete, Tempos Modernos, da Rede Globo, foi ao ar no dia 18 de maio informando sobre a existência e finalidade da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, e sobre a importância da população em adquirir o “anel da atitude” com a compra dos produtos da Avon, que servirá para arrecadar fundos destinados a projetos que contribuam para reduzir os índices de violência no Brasil.

http://www.plug.com.br/avon/tempos_modernos/08/index.html

ATIVIDADES DE MAIO E JUNHO - 2010

07 de maio - participação da reunião do Comitê Político-Técnico do Projeto AECID, representando a SPM e o Brasil, para ajustar e definir as ações prioritárias de implementação do projeto e ações da REM, em junho de 2010 na Argentina.

11 de maio - Capacitação dos engenheiros técnicos do Programa Capacidade Máxima - Unidades Móveis de Treinamento da Petrobrás, no Rio de Janeiro, sobre a Central de Atendimento à Mulher.

13 de maio - Apresentação do Programa Capacidade Máxima em evento para os Organismos Estaduais de Políticas para as Mulheres, na Academia de Tênis de Brasília.

14 e 25 de maio / 18 de junho - Participação da reunião da "Liga das Ouvidorias", juntamente com os ouvidores do SUS, SEDH e ANVISA.

26 de maio - a Ouvidora da SPM, Ana Paula Gonçalves, concedeu entrevista para a nova edição da revista, da Editora Abril, que será lançada no mês de setembro de 2010.

4 de junho - o Coordenador da Central de Atendimento à Mulher, Rodrigo Giacomitti, concedeu entrevista à jornalista do Correio Braziliense, fornecendo dados de violência doméstica e familiar ocorridas no Distrito Federal.

22 de junho - Reunião com o Sr. Delano Cerqueira, Delegado da Polícia Federal, para discutir o projeto de atendimento internacional do Ligue 180.

Esclarecimento:

Na segunda edição do Boletim da Ouvidoria, na página 2, o total dos dados cadastrados difere em 5 registros do total publicado na tabela "Comparativo por Região do Brasil". Informamos que a diferença trata-se de 5 casos internacionais.

Expediente

Ouvidora:

Ana Paula Schwelm Gonçalves

Coordenador da Central - Ligue 180

Rodrigo Giacomitti

Equipe:

Flora Brochado Maravalhas

Jackelyne Palhares Borges Lima

Thais Torres dos Santos

Contatos com a Ouvidoria:

Telefones: (61) 3411-4279; (61) 3411-4298; (61)3411-4299 e (61) 3411-4296

E-mail: ouvidoria@spmulheres.gov.br

Site: www.sepm.gov.br

Endereço: Via N1 s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes, Zona Cívico Administrativa, CEP: 70.150-908.

Brasília - DF

